

Intervenção do Ministro das Finanças no debate de encerramento do Orçamento do Estado para 2024

Assembleia da República, Lisboa

29 de novembro

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores deputados,

Encerramos hoje o debate do Orçamento do Estado para 2024, um momento que marca também o final político desta legislatura.

É, pois, tempo de balanço.

Sobre qualquer prisma que olhemos, os últimos oito anos foram um dos períodos de maior progresso e desenvolvimento do país.

Convergência económica com a União Europeia, emprego em máximos históricos, salários a crescer acima da inflação, pobreza a baixar, contas certas e dívida a cair.

Estes são resultados de uma governação que enfrentou uma pandemia, os efeitos da guerra na Europa e uma crise inflacionária.

Há poucos dias, um conhecido prémio Nobel da economia classificava Portugal como um “milagre económico”.

A resposta não está nos Santos. Está nas boas políticas.

São as boas políticas que fazem os bons resultados. Temos bons resultados porque temos boas políticas.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores deputados,

Os resultados desta governação representam a vitória da moderna social-democracia sobre todas as outras correntes ideológicas representadas nesta câmara.

Podemos mesmo afirmar que o sucesso desta governação assentou na destruição dos pilares fundamentais da política económica e social dos partidos à nossa direita. Políticas que se expressaram na governação da última coligação PSD/CDS e que não se alteraram nestes anos de oposição.

Mais emprego com mais direitos, melhores salários e melhor proteção social, foi a resposta de sucesso à austeridade, ao empobrecimento, à desvalorização dos rendimentos e ao retrocesso do estado social.

Em 2021, dizia assim o deputado Miranda Sarmiento, então Presidente do Conselho Estratégico do PSD, e hoje líder da bancada parlamentar do maior partido da oposição:

“Passar [o salário mínimo nacional] para os 705 euros, significa um aumento de [quase] 50 euros, o que é quase um aumento de 10%”. Questionado sobre qual o valor ideal, responde: “Teria de ser um aumento substancialmente inferior”. De seguida, teorizou sobre os malefícios da valorização do salário mínimo para a nossa economia.

Isto foi há dois anos.

Pois bem, nestes oito anos, o salário mínimo irá subir de 505 euros para 820 euros mensais, o que corresponde a uma subida de 315 euros por mês por trabalhador. Uma subida de mais de 60%.

Este aumento ajudou à subida de 34% das remunerações médias no nosso país. E, apesar disso, o peso dos salários mínimos no total dos salários, atingiu, em 2023, o valor mais baixo desde 2015.

Queremos ir mais longe? Precisamos de ir mais longe? Sim. Mas uma coisa é certa: fizemos aquilo que o PSD e os partidos da direita nunca teriam realizado. A subida dos salários é uma diferença de fundo, que foi realizada nesta governação e não existiria se a direita estivesse no poder.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores deputados,

Mais qualificação dos recursos humanos, mais investimento em ciência e tecnologia, mais investimento em inovação empresarial, maior abertura económica.

Foi esta a resposta de sucesso às únicas ideias que a direita sistematicamente apresenta quando se fala de competitividade: contenção dos salários e redução transversal do IRC.

Há apenas dois anos, o programa do PSD era claro. Em primeiro lugar, baixar o IRC pago pelas empresas. Para as calendas ficaria uma modesta redução do IRS, de 800 milhões de euros em dois anos.

Por comparação, só para 2024, este Orçamento do Estado baixa o IRS em mais de 1.700 milhões de euros. 1.700 milhões que se somam à redução concretizada entre 2015 e 2023, num total superior a 3 mil milhões de euros.

A boa política traz bons resultados.

- 1) a economia portuguesa convergiu em todos os anos com a média da zona euro, tirando os dois anos da pandemia. Em termos de PIB por habitante ajustado ao poder de compra, aproximámo-nos em 5 pontos percentuais da França, 5 pontos percentuais da Alemanha e 7 pontos percentuais da Espanha. ... *Convenhamos que estes são melhores países de referências do que a Roménia.*

- 2) conseguimos o maior peso do investimento no produto, cerca de 20%, em dois anos consecutivos, esperando-se a manutenção nos próximos anos, fruto da execução do PRR.
- 3) conseguimos que o stock de investimento direto estrangeiro atingisse máximos, representando 70% da riqueza produzida no nosso país.
- 4) conseguimos aumentar o peso das exportações no PIB para 50%, um recorde e num período de forte crescimento económico.
- 5) conseguimos ultrapassar a fasquia dos cinco milhões de trabalhadores, o maior nível de emprego de sempre, o que assegura mais 1 milhão de trabalhadores a contribuir para a Segurança Social do que em 2015.
- 6) e conseguimos que fosse melhor emprego, com a criação de um milhão de postos de trabalhos de média e alta qualificação, desde 2015.

Em suma, a estratégia económica da direita, que pensa aumentar a competitividade internacional do país na base da redução dos custos de produção, sejam salários, encargos sociais ou impostos - uma verdadeira linha de produção “low cost” - foi derrotada.

A política que aplicámos funciona: mais emprego qualificado, mais rendimentos, mais diálogo social, mais investimento na inovação empresarial, mais investimento em ciência e tecnologia, mais ambição na conquista de mercados externos.

*

Senhoras e senhores deputados,

Nestes oito anos, reduzimos o défice e reduzimos a dívida pública, vencendo os dogmas das oposições.

Dogmas da direita que afirmou durante anos que a redução do défice e da dívida só poderia ser feita com austeridade sobre salários e pensões e com a diminuição do estado social. Falharam. Em 2015, à saída de funções, o Governo PSD/CDS deixou um défice de 4,4% do PIB mas, sobretudo, uma dívida pública de 131,2%.

Vencemos os dogmas da esquerda, que permanentemente se opõe à responsabilidade orçamental, como se poupar juros não significasse mais recursos para o investimento social e como se em cada crise financeira não ficasse claro que os que mais sofrem são precisamente os mais vulneráveis, os que vivem do seu salário ou da sua pensão.

De forma consistente, fomos conquistando a credibilidade financeira do país, com orçamentos equilibrados e dívida em queda. Este percurso, somente interrompido pela pandemia, foi mantido com perseverança e consistência ao longo dos últimos 8 anos.

Os resultados da boa política estão à vista.

- Portugal registará, já em 2023, um nível de dívida pública inferior à Grécia, Itália, Espanha, França e Bélgica. E uma dívida pública inferior a 100% do PIB no próximo ano de 2024.
- Menos dívida significa que pagamos menos juros. Só em 2024, pouparemos 1.900 milhões de euros face a um cenário em que o peso da dívida se tivesse mantido nos 112,4% do PIB de 2022.
- O país voltou a estar no grupo das economias com melhores notações de risco, baixando juros para o Estado, para as empresas e para as famílias.
- Portugal pode hoje aprovar o Orçamento mais ambicioso da Europa a contrariar o abrandamento externo, porque fez aquilo que realizou. Isto já depois ter sido a segunda economia da União Europeia que, à proporção da sua dimensão, mais apoios concedeu para compensar os efeitos da crise inflacionista.

Em suma, a redução da dívida não é um capricho, não é um troféu, não é um fetiche. É o caminho que nos assegura mais recursos, que protege os mais vulneráveis e que garante a nossa soberania.

Senhoras e senhores deputados,

Os desafios da pandemia, da guerra e da inflação trouxeram a todos os portugueses duas certezas.

A primeira, é que foi o estado social que esteve sempre presente e a espinha dorsal da resposta em saúde.

A segunda, é que no ideário socialista o Estado Social ocupa um lugar central, pois ele é garante da igualdade que assegura a liberdade, a justiça e a dignidade de cada pessoa.

Neste caminho, contámos com os partidos à nossa esquerda, mas também, muitas vezes, andámos sozinhos. Em particular quando foi preciso defender a sustentabilidade financeira do estado social ou resistir à captura deste por interesses de corporações.

Este é, sobretudo, um caminho que contruímos contra a vontade da direita que, na verdade, ambiciona privatizar a segurança social, a saúde e a educação.

Não, senhoras e senhores deputados, não nos esquecemos dos cortes de pensões do PSD. E também não nos esquecemos do que o seu atual líder, mesmo antes da pandemia, defendia. Recupero:

“O plafonamento deve integrar a discussão [sobre a reforma da Segurança Social] sem complexos ideológicos, nem deturpações.”

dizia Luís Montenegro em 2019, enquanto falava na definição de um teto máximo para as pensões públicas.

Ora, a opção por esta política não serve qualquer outro propósito que não seja individualizar as responsabilidades e entregar a fundos privados para investirem

no país ou em qualquer lugar do estrangeiro, dezenas e dezenas de milhões de euros dos portugueses.

Da mesma forma, não nos esquecemos da intenção da direita de privatizar a Saúde e a Educação.

Nem da proposta de aplicar uma taxa de IRS igual para todos – agora transformada numa mais discreta de três escalões– reduzindo a receita pública necessária para financiar o estado social.

Entretanto, por oportunismo, a direita disfarçou ao que vem. Mas o disfarce rapidamente cairá se a oportunidade chegar. Pois esta é, verdadeiramente, a sua natureza.

Mais uma vez, fizemos diferente e com uma boa política conseguimos bons resultados. Nestes oito anos, invertemos o pesado fardo de austeridade que a direita nos deixou e voltámos a investir na Saúde, na Educação e nos diversos serviços públicos.

- Melhorámos salários e condições de trabalho dos funcionários públicos, em diálogo e em acordo. Destaco o acordo relativo aos técnicos superiores, que há tanto tempo necessitavam de ser valorizados.
- Valorizámos as prestações sociais e apoiámos os que mais precisam durante as crises. Assim continuaremos a fazer em 2024: o complemento solidário para idosos alinhará com o limiar da pobreza e as outras prestações crescerão bem acima da inflação esperada.

- Duplicamos o valor do abono de família desde 2015, e alargaremos as creches gratuitas a 120 mil crianças no próximo ano.
- Subimos pensões todos os anos, em particular as mais baixas. E as pensões, em 2024, terão o maior aumento de sempre.
- Entre 2022 e 2023, injetaremos 5,6 mil milhões de euros no Fundo de Estabilidade Financeira da Segurança Social. O maior reforço de sempre. Sim, porque nós acreditamos na Segurança Social pública.
- Reforçámos o orçamento do SNS em 70%, aumentámos em 25% o número de profissionais, reformámos o modelo de gestão e atingimos no ano passado o recorde de consultas e cirurgias.
- Não faltam desafios na Educação, mas com esta governação o abandono escolar caiu para metade, os manuais escolares passaram a ser gratuitos, foram criados 104 Centros Tecnológicos Especializados, as progressões na carreira foram reintroduzidas e até aceleradas, e foram vinculados mais de 22.500 professores. E aprovámos um regime de colocação que acaba com a “casa às costas”.
- Na cultura, está em curso uma profunda mudança institucional e um simultâneo investimento único no apoio às artes e na preservação do nosso património.
- Aumentámos o investimento em inovação, em ciência e tecnologia, em energias renováveis e nos recursos da justiça e das forças de segurança.

- Concretizámos a tão ambicionada, e nunca antes concretizada, descentralização, a bem da coesão territorial e a bem da justiça social, aproximando os serviços públicos dos cidadãos.
- Lançámos uma nova geração de políticas de habitação, dirigida a resolver os problemas do imediato de curto prazo nos arrendamentos e nos créditos à habitação, mas com uma dimensão estrutural assente numa subida rápida do número de fogos integrados no parque público de habitação.

*

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores deputados,

As diferenças entre a governação socialista e as propostas pelas oposições não se esgotam no modelo económico, na responsabilidade financeira ou na defesa do estado social.

Revelam-se também naquele que é o maior desafio da nossa geração: o combate às alterações climáticas.

Erram aqueles que pensam que esta é uma área de convergência entre projetos políticos. Pelo contrário.

Enfrentamos, aqui mesmo neste Parlamento, os que negam as alterações climáticas, os que as desvalorizam e os que evitam as difíceis decisões que a realidade nos impõe.

Por isso, continuamos a apostar nos transportes públicos, na promoção de energias renováveis e na tributação verde.

Desde 2015:

- criámos o passe único metropolitano, congelámos os preços dos passes e alargámos os passes sociais, e asseguraremos, em 2024, transportes gratuitos para estudantes até aos 23 anos.
- Está em curso um investimento único na ferrovia e estamos a investir nos metros de Lisboa, Porto e Mondego.
- Investimos na descarbonização e nas energias renováveis, colocando Portugal entre os países com maior proporção de renováveis no consumo final de eletricidade. Ainda este mês, alcançámos mais um marco: durante seis dias consecutivos, Portugal foi abastecido exclusivamente por fontes de energia renovável.
- Já multiplicámos por sete a potência instalada na produção solar. Até 2026, será 40 vezes superior à de 2015.

Mas à pergunta: alguma destas políticas teria acontecido num Governo de direita? A resposta é simples. É olhar para aquilo que fizeram no passado. Foi com fortíssima oposição da direita que o partido socialista lançou, a partir de

2005, o caminho na senda das energias renováveis e da sustentabilidade ambiental.

*

Senhoras e senhores deputados,

Em tempo de balanço e prestação de contas, falemos também da Europa. Porque não há política europeia que não seja política nacional.

Enquanto a nossa esquerda desconfia do projeto europeu, recusa o peso da responsabilidade da participação e até defende, alguma, ainda que timidamente, a saída da Zona Euro, à nossa direita convivemos com uma abordagem adormecida, submissa às linhas crescentemente radicais que animam a direita política europeia.

Pois bem, com esta governação afirmámos e provámos que o melhor futuro para Portugal reside, exatamente, numa participação ativa, exigente e permanente da construção europeia.

- Foi por isso que lutámos pela criação de um PRR para enfrentar os danos da pandemia.
- É por isso que continuamos a lutar pela criação de instrumentos que garantam uma capacidade comum de investimento na Europa.

- E é também por isso que acompanhámos, desde o primeiro momento, o apoio da União Europeia à Ucrânia e que estamos na linha da frente da reforma das regras orçamentais, defendendo normas mais flexíveis e adaptadas às realidades de cada país.

*

Senhoras e senhores deputados,

Antes de terminar, sublinho os valores humanistas que marcaram este ciclo de governação.

Valores que afirmam a superioridade do estado social como modelo de desenvolvimento mais justo e mais atento ao indivíduo e que afirmam o valor supremo da identidade do ser humano.

Valores que recusam, sem hesitações, a xenofonia ou a recusa da imigração. Todos têm de ser integrados com dignidade. Todos podem contribuir para uma sociedade mais próspera. A integração tem de ser efetiva, com respeito de todos, para com todos.

Mais. A imigração é positiva e necessária. Dela depende muito do nosso dinamismo económico, em múltiplas áreas. Hoje, 14% dos trabalhadores em

Portugal são de origem estrangeira e asseguram um número significativo de serviços fundamentais aos portugueses.

Todos têm de ser tratados com dignidade. Todos podem contribuir para uma sociedade mais próspera. A integração tem de ser efetiva, com respeito de todos para com todos.

Por isso, criámos uma Agência para a Integração, Migrações e Asilo, que assume exclusivamente as funções de integração, não as misturando com funções de natureza policial.

É por isso que apostamos numa escola pública capacitada, para ensinar e ser um agente de integração de culturas e línguas diferentes.

Acolhemos a diferença, sem medos; valorizamos o casamento de culturas, sem preconceitos. Honramos a História de Portugal, que foi país de emigrantes e que acolhe sempre bem. E com isso construímos um futuro melhor.

*

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores deputados,

Nos últimos 8 anos de governação:

derrotámos a austeridade;

virámos a página da pandemia;

reconquistámos a credibilidade financeira do país;

e vamos ultrapassar este ciclo de inflação.

Em 8 anos, assolados por crises e guerras difíceis de imaginar, reforçámos as bases para a modernização e o crescimento sustentado do nosso país.

Sempre seguros na defesa dos nossos valores e princípios, na construção de um país moderno, aberto, ambicioso, criativo, inclusivo e justo.

Sempre convictos da capacidade dos portugueses para construir um país melhor.

Lado a lado com os portugueses sempre, todos os dias, na construção deste ideal permanentemente inacabado que é... Portugal.

Muito obrigado.